



Índice

1. Apresentação 03
2. A atual crise econômica e a luta pela moradia.....04
3. Organizar, ocupar e resistir! Luta de classes e movimento dos sem tetos 09
4. Anexo: *A questão da habitação*

Friedrich Engels

A CRISE DO CAPITALISMO E A LUTA PELA MORADIA



**Em homenagem às Mulheres e homens que lutam
dia a dia pelo direito à moradia!**

Março, 2009

1. Apresentação

O presente folheto foi elaborado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LeMarx) para subsidiar uma formação no âmbito do Movimento dos Sem Tetos da Bahia no ano de 2009. O LeMarx fazia frequentemente formações política no seio desse movimento, em suas ocupações.

O período era marcado pela eclosão da crise internacional do capitalismo 2008, que atingiu os Estados Unidos (EUA) e se propagou para a Europa e demais continentes, até atingir o nosso país.

Numa crise capitalista, o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras é profundamente atingido, vez que o objetivo fundamental é restituir aos capitalistas a capacidade de voltar a produzir e acumular capital. Ou seja, o crescimento das taxas de lucro.

Um dos setores mais afetados pela crise em nosso país é exatamente os trabalhadores e trabalhadoras sem teto, sem moradia. Em grande parte, são trabalhadores que sobrevivem em atividades informais, na precariedade e com remunerações abaixo do mínimo necessário para a existência social.

O folheto mantém a sua atualidade, na medida em que a crise subsiste e a crise social se aprofunda. O capitalismo, em sua crise estrutural, promove o desemprego, a miséria e a opressão. Ainda é uma contribuição para o debate atua. Em anexo, o texto *A questão da habitação*, de F. Engels.

2. A atual crise econômica e a luta pela moradia

Francisco P. Silva

Professor, Advogado e militante socialista

Sandra Maria Marinho Siqueira

Professora da UFBA e militante socialista

Nos últimos meses, falou-se muito no rádio, televisão, jornais e revistas que o mundo todo, incluindo o Brasil, passa por uma crise econômica grave, que acarreta várias consequências na vida das pessoas, em especial dos trabalhadores, como o aumento do desemprego, da miséria e da fome em grande escala. Os que produzem a riqueza social, isto é, os trabalhadores e demais explorados, são, portanto, os mais ameaçados pelas crises econômicas.

De fato, uma crise econômica sempre provoca efeitos desastrosos na vida dos trabalhadores e demais explorados, trazendo desespero para as famílias, que ficam com medo de perder o seu meio de vida: o emprego, submetidas que ficam à insegurança, à instabilidade, à precariedade e ao vai e vem das mudanças econômicas dos governos.

Muitos empresários (donos de fábricas e indústrias) aproveitam as crises para se enriquecer cada vez mais e tirar o máximo proveito dos seus concorrentes e dos seus empregados. Por isso, tentam convencer os trabalhadores e a população em geral de que os seus negócios estão passando por dificuldades e que os explorados

devem aceitar as imposições dos patrões, em particular a diminuição dos salários e a perda de direitos sociais.

Mesmo aceitando os acordos trabalhistas (rescisões de contratos, diminuição de salário, limitação de direitos sociais etc.) impostos pelos patrões, muitos trabalhadores acabam sendo demitidos e engrossam o amplo contingente de pessoas sem qualquer meio de vida (desempregados) ou passam a viver do trabalho informal, em condições precárias e sem qualquer perspectiva de direitos, como a aposentadoria ou auxílio doença.

No final das contas, os maiores prejudicados com as crises econômicas são sempre os trabalhadores do campo e da cidade e os que vivem do trabalho informal e precarizado. Os efeitos danosos da crise são literalmente jogados nos ombros dos explorados.

Portanto, para nos prevenir contra tudo isso é preciso em primeiro lugar conhecermos o que significa uma crise econômica, quais as suas causas e suas consequências na vida dos trabalhadores e demais explorados, bem como lutarmos para defender e ampliar nossos direitos, luta através da qual avançamos na consciência política e organizativa para superar as causas da exploração a que estamos submetidos na sociedade em que vivemos. Com isso, fortaleceremos a nossa consciência política, nossa organização e nossa luta.

O que é uma crise econômica?

A crise econômica é um período em que a atividade econômica (a produção da riqueza nas fábricas, indústrias, agricultura, bem como o comércio, o setor de serviços e financeiro) de um país ou de um conjunto de países sofre um abalo e passa por uma etapa de instabilidade, de insegurança, de paralisação, falta de crescimento ou mesmo retrocesso.

Geralmente se denomina esse período de recessão (quando a crise é menos grave) ou depressão (quando mais profunda e duradoura). Assim, uma crise econômica pode ser mais profunda ou menos profunda, durar mais tempo ou menos tempo, dependendo das suas causas, efeitos e profundidade.

A crise pode começar em um determinado setor da economia, que pode ser a indústria, o comércio ou o setor bancário e financeiro. No caso da atual crise, ela se iniciou nos Estados Unidos e atingiu em primeiro lugar o setor imobiliário (construção civil e empresas que negociam moradias para a classe média). As pessoas, que haviam comprado a sua casa, atingidas pelo desemprego, pela redução de salários, pelos juros altos ou pelas mudanças econômicas deixaram de pagar as prestações dos financiamentos.

Como todos os setores da economia estão interligados, uma crise que começa em um específico setor, em maior ou menor tempo, se amplia e afeta outros ramos da economia. Foi o que ocorreu com a crise atual, que, como dissemos, começou no setor imobiliário (compra e venda de moradias) e rapidamente repercutiu no reduto financeiro e bancário, tendo em vista que as instituições

financeiras tinham bancado os financiamentos das habitações ou feito empréstimos tendo como garantia os contratos de financiamento das moradias.

Quais os principais efeitos de uma crise econômica?

Uma crise econômica sempre acarreta efeitos graves na vida das pessoas, em especial dos trabalhadores. Os investimentos diminuem, a produção cai, muitas fábricas fecham, bancos entram em processo de falência, o desemprego cresce e com ele a informalidade e as condições de precariedade, a miséria e a fome. Os patrões passam a pressionar os seus empregados, sob pena de demissão, para aceitarem acordos desvantajosos, com diminuição de salários e perda de direitos.

Para os trabalhadores, a insegurança, a instabilidade das famílias e o desemprego são os piores efeitos da crise. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) demonstram que a crise atual aumentará os índices de desemprego em todo o mundo, passando dos atuais 190 milhões de desempregados para mais de 250 milhões de pessoas sem qualquer perspectiva de trabalho. E não só isso, mais de 500 milhões de pessoas passarão a viver com até 1 dólar por dia (o que corresponde atualmente a menos de 2 reais) e mais de 1 bilhão e 500 milhões de pessoas viverão com apenas 2 dólares diários (menos de 4 reais).

Significa que, além de não terem qualquer perspectiva de emprego, quando muito os explorados terão de viver na mais brutal

barbárie, submetidos à violência, à fome, à miséria, às doenças, à mortalidade infantil e à ausência mais completa de direitos e garantias sociais.

Qual a diferença das crises na sociedade atual das crises econômicas das sociedades anteriores ao capitalismo?

Vivemos atualmente numa sociedade capitalista, isto é, uma sociedade baseada na exploração da força de trabalho dos trabalhadores (que chamamos de assalariados, que não têm outra forma de garantir a sua existência social a não ser submetendo-se ao trabalho assalariado, vivem de um salário), que produzem a riqueza social (todos os produtos, bens e serviços, as chamadas mercadorias), não para atender as reais necessidades de toda a população explorada, mas para enriquecer os capitalistas (empresários, patrões, donos das fábricas, indústrias, terras e bancos).

Nas sociedades anteriores à atual sociedade capitalista, ocorriam também crises econômicas, mas em geral tinham como causa as guerras e as epidemias (doenças). As condições de produção, isto é, os instrumentos de trabalho não proporcionavam senão uma produção pequena que mal atendia às necessidades mais elementares da população. Qualquer doença mais grave, com morte de muitos trabalhadores, ou um conflito bélico de menores proporções entre povos eram suficientes para provocar uma grave

crise econômica nos países, ocasionando fome, miséria e desespero.

Na sociedade capitalista ocorre o contrário. As crises econômicas em geral não são causadas por guerras ou epidemias, ainda que estas possam resultar das atuais crises econômicas. A revolução industrial e o desenvolvimento da tecnologia ao longo dos últimos três séculos aumentaram incomparavelmente a capacidade de produção da humanidade. Hoje, a ciência e a técnica evoluíram de tal forma e as máquinas se tornaram tão potentes que temos possibilidade de produzir muito mais produtos, bens e serviços do que toda a humanidade necessita. Por incrível que pareça, não é a ausência de produtos, de bens e serviços que provoca as crises na sociedade capitalista atual, mas o seu excesso. Vamos explicar.

Todas as coisas (bens, produtos, serviços) produzidas na sociedade capitalista atual estão submetidas à lógica do mercado e aos interesses dos patrões. Só se produz aquilo que se pode vender ou comprar. Portanto, apesar de já termos condições científicas e tecnológicas para suprir todas as necessidades da humanidade, as fábricas, indústrias, agricultura, comércio e serviços só produzem e colocam à disposição aqueles bens que podem ser vendidos, que podem gerar lucro para os capitalistas. Com isso, perde-se a oportunidade proporcionada pela ciência e pela tecnologia de atender aos reais interesses sociais.

Ocorre que, mesmo não utilizando toda a potencialidade, todas as condições proporcionadas pela ciência e a técnica, mas somente o indispensável à sanha de lucro dos patrões, ainda assim, se

produz muito mais do que o mercado suporta. Isso ocorre porque quanto mais a sociedade capitalista atual se desenvolve, isto é, permanece existindo, mais se aumenta a miséria, a fome e a opressão entre os trabalhadores e demais explorados. Quanto mais os capitalistas resolvem utilizar máquinas cada vez mais avançadas nas fábricas e indústrias, menos força de trabalho necessita para produzir a mesma quantidade de produtos e com isso, muitos trabalhadores são demitidos, passando a viver do trabalho informal e precarizado.

Em síntese: de um lado, se concentra a riqueza (dos patrões); do outro lado, a miséria (dos trabalhadores). A ciência e a técnica estão submetidas à lógica do lucro e ao interesse de exploração da força de trabalho. Quanto mais avançam as máquinas e o seu emprego nas fábricas e indústrias, mais exploração, desemprego, miséria e opressão para os explorados.

O desemprego tornou-se, portanto, na atualidade, um problema crônico e mundial. O avanço do desemprego e da miséria acarreta contraditoriamente o encurtamento dos mercados consumidores. Com isso, por mais que tentem evitar, os capitalistas se vêem constantemente em crises de superprodução de mercadorias, ou seja, produz-se mais do que os mercados podem suportar e consumir.

Significa dizer que a sociedade atual vive constantemente de crises econômicas?

Sim, desde o século XIX, quando se tornou evidente o descompasso entre a capacidade de produção da indústria altamente desenvolvida e os limites dos mercados de consumo nacionais e internacionais, o capitalismo vive de crise em crise. A primeira ocorreu em 1825 e até hoje, passados 184 anos desde a primeira crise econômica moderna, irromperam muitas crises, cada vez mais profundas, acumulando contradições ainda maiores e mais graves para a sociedade e para a vida dos trabalhadores.

Essas crises acontecem periodicamente, ou seja, de tempos em tempos. Nem mesmo a ação do Estado, através das políticas econômicas de intervenção, consegue remediar, isto é, superar definitivamente as crises. No máximo, ampliam ou diminuem os seus efeitos graves, mas jamais os resolvem para sempre.

Por que as crises econômicas no capitalismo são certas e cada vez mais profundas?

Pelo fato do capitalismo ser uma sociedade em que as atividades econômicas (fábricas, indústrias, serviços, agricultura e comércio) são submetidas ao funcionamento do mercado, isto é, estão inteiramente a serviço dos interesses dos capitalistas (empresários, patrões). Cada capitalista domina o seu negócio, mas não têm controle sobre toda a economia de um país ou do mercado mundial, sobre os outros capitalistas, seus concorrentes. Dessa forma, a economia capitalista funciona de forma anárquica, isto é,

sem planejamento, sem um controle coletivo consciente de toda a sociedade.

Assim, os capitalistas isoladamente não sabem quantas mercadorias seu concorrente produziu, nem quanto o mercado como um todo pode suportar, isto é, consumir. Com isto, tornam-se inevitáveis a superprodução de mercadorias, de produtos, bens e serviços para além das perspectivas do mercado consumidor. O avanço do desemprego e as condições precárias das massas trabalhadoras, a maior parcela dos consumidores, agravam ainda mais esta situação, tendo em vista o encurtamento dos mercados consumidores.

E o Estado e seus governos, o que têm feito para resolver as crises?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o Estado e seus governantes (poderes executivo, legislativo e judiciário) representam os interesses dos mais ricos, dos empresários, dos patrões, dos capitalistas. Os trabalhadores e demais explorados são desprezados pelos governos, e só interessam enquanto produzem a riqueza social, que gera o lucro da classe dominante.

A situação de miséria, de fome, de desemprego, de exploração e de opressão a que estão submetidos os trabalhadores leva a conflitos de interesses entre capitalistas e demais explorados. Daí a necessidade do Estado e dos governos para manter sob controle os trabalhadores e seus movimentos sociais e proteger a propriedade

privada, isto é, o direito dos patrões de se apropriar da riqueza produzida pelos trabalhadores explorados.

O Estado, desde que surgiu a sociedade capitalista, sempre interveio de alguma forma na economia. Em geral, quando as coisas vão bem para o mercado e para os patrões, estes desprezam a presença efetiva do Estado na economia. Mas quando as coisas vão de mal a pior, quando as crises se anunciam e se instalam, os patrões apelam irresistivelmente para os governantes, pedindo o apoio financeiro do Estado para minimizar os efeitos da crise e garantir os seus lucros.

É exatamente isto o que ocorreu na crise atual. Logo que se tornaram evidentes os seus efeitos e os patrões começaram a perder lucros, reclamaram a intervenção do Estado na economia, fazendo os governos colocar o dinheiro público à disposição de bancos, indústrias, fábricas, comércio e serviços. Trilhões foram gastos pelo Banco Central dos Estados Unidos e pelos governos da Europa e demais países na compra dos chamados títulos (ações, contratos, dívidas etc.) podres dos empresários, de modo que os Estados acabaram assumindo o rombo financeiro dos especuladores e empresários. No Brasil não foi diferente.

Mas este é apenas um dos aspectos da intervenção dos Estados e governos na economia para salvaguardar os interesses dos patrões. É evidente que o encurtamento dos mercados e as crises econômicas acirram a concorrência entre os capitalistas em nível mundial. Esta situação pode levar a conflitos bélicos de grandes proporções, quando falham as tentativas políticas e

diplomáticas de resolução dos conflitos comerciais, econômicos e financeiros internacionais. A guerra é sempre, no limite, uma opção a mais para os Estados, governos e patrões em face da crise.

Como o Estado e os governos agem em relação aos trabalhadores e demais explorados?

A diferença de tratamento é marcante. Enquanto o Estado e seus governantes arcam com as dívidas dos patrões, recompensando-os com dinheiro público, os trabalhadores são obrigados a suportar os efeitos danosos da crise como o arrocho salarial, a perda de direitos sociais, a maior exploração no trabalho e o desemprego. Para evitar o acirramento da luta de classes, os governos, no máximo, atuam com programas assistencialistas, que não têm outro objetivo, senão manter os trabalhadores cada vez mais dependentes e subordinados aos interesses da classe dominante, em estado de humilhação constante.

Quais as consequências da crise econômica atual na luta pela moradia?

Por ironia da história, a atual crise econômica começou exatamente no mercado de habitações (setor imobiliário) dos Estados Unidos. Uma das consequências da crise econômica é o aumento do contingente de famílias impossibilitadas de pagar aluguel ou continuar cumprindo com as prestações da casa própria.

Além disso, o desemprego, a miséria e a opressão dificultam ainda mais as condições de vida e trabalho da maioria esmagadora da população. Com isso, mais e mais pessoas engrossarão as fileiras dos chamados sem tetos, além do processo de favelização mundial em andamento.

Sem dúvida, nas condições da crise estrutural do capitalismo, isto é, de decomposição da sociedade atual, confirma-se a tendência geral do sistema econômico vigente: de um lado, a concentração da riqueza nas mãos de um número cada vez menor de indivíduos; de outro, o aumento da miséria, do desemprego, da fome e das formas precárias de atividades laborais entre os trabalhadores e demais explorados.

Não temos dúvidas de que o Movimento dos Sem Tetos se constituirá, ao lado do movimento operário, camponês e popular, num dos mais importantes movimentos do século XXI, por proporcionar a esse contingente de indivíduos, esmagado pela lógica do mercado e pela exploração social, uma alternativa de organização, mobilização e resistência.

Mas, a nossa luta se esgota na luta pela moradia?

Não, a nossa luta começa pela defesa do direito à moradia e com ela dos demais direitos e conquistas sociais (saúde, educação, saneamento, emprego etc.). Entretanto, como a história tem nos mostrado, nenhuma das questões de interesse dos trabalhadores será definitivamente resolvida pelo Estado e pelos governos

capitalistas. Nas épocas de crescimento econômico capitalista e de efervescência do movimento operário e popular foi possível se arrancar direitos e conquistas sociais importantes e decisivas para a nossa luta.

O estágio atual do capitalismo é de decomposição econômica, social, política e ambiental. Sob o impulso do lucro, os capitalistas impõem maior exploração aos trabalhadores, as mais vis condições de miséria e fome aos explorados em todos os países, jogam nos ombros dos oprimidos os efeitos da crise social, impossibilita aos explorados o acesso à cultura, à arte, à ciência e à técnica mais avançada, segrega a população entre os que podem ter acesso à saúde e aos tratamentos e os que sequer têm direito a continuar existindo, enfim, destroem a base da existência social: a natureza.

Dessa forma, a nossa luta pela moradia deve ser a base para a luta mais geral pela superação da sociedade capitalista e pela construção do socialismo, isto é, de uma sociedade em que os indivíduos e a coletividade possam ter acesso a tudo de bom que foi construído historicamente pela humanidade e, a partir deste patamar, avançar para condições sociais ainda mais humanas, em que os indivíduos possam efetivamente ter condições materiais e intelectuais para o desenvolvimento da sua personalidade e da suas aptidões.

Evidentemente, a luta dos sem tetos deve estar articulada com a luta dos explorados do campo e da cidade. Somente a unidade dos trabalhadores e demais explorados pode garantir, na atual

situação de crise estrutural do capitalismo, as condições subjetivas (organização e consciência política de classe) para esta superação.

Nosso lema atual é Organizar, Ocupar e Resistir!

Este é sem dúvida parte de outro lema:

Trabalhadores de todos os países, uni-vos!

3. Organizar, Ocupar e Resistir! Luta de classe3s e movimento dos sem tetos

Sandra Maria Marinho Siqueira

Professora da UFBA e militante socialista

Francisco P. Silva

Professor, Advogado e militante socialista

Luta de classes, qual a importância desse debate?

Em nossa bandeira está inscrito o seguinte lema: Organizar, Ocupar e Resistir! Pois bem, trata-se, sem dúvida, de uma clara expressão da luta de classes travada pelos sem tetos, como parte do conjunto dos explorados, pelo direito à moradia e, a partir desta reivindicação, de um amplo leque de direitos sociais a ele associado. Mas não só isso: para além do direito à moradia, percebe-se claramente, como consequência da nossa luta, a necessidade de transformações mais profundas na base social, econômica e política da sociedade em que vivemos.

Por isso, temos que compreender coletivamente o que significa a luta de classes na história da humanidade, suas formas de expressão na atual etapa da sociedade e quais as possibilidades abertas por ela para a transformação radical das relações sociais, em direção à construção de uma sociedade efetivamente solidária, fraterna e justa.

O que a classe dominante dos nossos dias fala sobre a luta de classes?

A luta de classes não é uma invenção da cabeça pensante de alguns indivíduos. Aliás, a classe dominante, isto é, os que se apropriam da riqueza social produzida pelos trabalhadores, tentam passar a imagem de que não existe luta de classes na sociedade em que vivemos e que esta é homogênea, sem contradições, que não há diferença de interesses entre os trabalhadores e os patrões, enfim, de que a luta de classes é coisa para os desocupados e intransigentes, que não gostam da paz e da convivência harmônica entre os indivíduos.

As classes sociais e a luta de classes sempre existiram?

É importante, porém, alertar que nem sempre as sociedades humanas foram divididas em classes sociais. De fato, houve um período da história da humanidade em que não existia o que chamamos de propriedade privada (o domínio exclusivo do produto do trabalho e das coisas por indivíduos ou grupos de indivíduos, em detrimento da coletividade) e, portanto, não havia espaço para as desigualdades sociais, para os conflitos de interesses materiais resultantes dessas desigualdades, nem muito menos para as classes sociais. Os historiadores críticos chamam este período de comunismo primitivo, em que predominava o coletivismo no trabalho e na repartição da riqueza produzida entre todos os membros da sociedade.

O que podemos entender como classe social e como surgiram?

Entretanto, se olharmos com cuidado a história da humanidade, veremos que desde o momento em que apareceram as primeiras formas de desigualdade social, ou seja, quando surgiram diferenças de condições materiais (econômicas e sociais) entre os indivíduos, começaram também os conflitos de interesses em torno da riqueza produzida entre os produtores (trabalhadores) e os que não produziam (a classe dominante), mas queriam se apropriar da riqueza advinda do trabalho e do suor dos trabalhadores.

Foi exatamente dessa forma que se constituíram progressivamente o que chamamos e conhecemos por classes sociais. As classes sociais são grandes conjuntos de indivíduos cujas condições sociais, econômicas e de interesses políticos se aproximam em virtude do papel que cumprem em uma determinada sociedade, na produção social da riqueza. O que aproxima e identifica as classes sociais é a sua condição material, a situação sócio-econômica, a sua função na produção material.

Numa mesma classe social podemos ter indivíduos que pertencem a religiões e crenças diferentes, com gostos diferenciados em relação a várias coisas, com apreço ou não por futebol, arte ou cinema. Embora sejam importantes, estas diferenças não deixam de lado os aspectos que os aproximam e que podem se constituir a base para a sua organização, mobilização e luta: os seus interesses materiais.

Como se apresentaram as classes sociais e a luta de classes na história?

Se partirmos para as sociedades que existiram ao longo da história (e não foram poucas as formações sociais construídas pelos humanos, as quais não podemos citar todas elas) veremos que nas sociedades da antiguidade, em particular em Roma e na Grécia, a população era dividida em classes sociais antagônicas, com interesses materiais diferentes: os escravos produziam a riqueza social, os proprietários de terra se apropriavam da riqueza produzida pelos escravos; no feudalismo, os camponeses submetidos ao trabalho servil produziam a riqueza social e os senhores feudais (nobreza e clero, a classe dominante deste período da história) se apropriavam da riqueza produzida; no capitalismo, isto é na sociedade atual, os trabalhadores assalariados produzem a riqueza social que é apropriada pelos capitalistas, ou seja, os empresários, os patrões, que constituem a classe dominante.

Pois bem, com o surgimento da propriedade privada, do conflito de interesses e das classes sociais, apareceu também o que chamamos de luta de classes, que nada mais é que os conflitos abertos ou escondidos (velados) entre as classes sociais em torno dos seus interesses econômicos, sociais e políticos, que têm como base a riqueza social produzida. São incontáveis as histórias de lutas, combates, conflitos, guerras travadas ao longo dos séculos entre exploradores e explorados. Podemos citar, como exemplos, as revoltas dos escravos na antiguidade, as guerras camponesas

contra a sua situação de servidão no feudalismo e as lutas travadas pelos trabalhadores desde o século XIX até a atualidade contra a sanha de lucro dos capitalistas.

Quais as classes fundamentais da sociedade atual, que chamamos burguesa ou capitalista?

A sociedade atual é chamada pelos socialistas de capitalista ou burguesa, pois ela se baseia na exploração da força de trabalho dos trabalhadores pelos capitalistas ou burgueses (empresários, patrões, a chamada classe dominante). Toda a riqueza produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos patrões (é sua propriedade privada, exclusiva!). Os bens, produtos e serviços produzidos pelos trabalhadores se tornaram mercadorias, isto é, bens para serem vendidos e comprados no mercado. Os operários foram produto da revolução industrial do século XVIII e começo do século XIX.

Portanto, a sociedade que vivemos também é dividida em classes sociais. Nela os trabalhadores não têm os mesmos interesses que os patrões. Enquanto os trabalhadores desejam melhores condições de vida e de trabalho, ou seja, direitos e conquistas sociais, menores jornadas de trabalho, maior remuneração, acesso a bens e serviços essenciais como saúde, educação e moradia, direito de se organizar e lutar, os capitalistas almejam explorar cada vez mais os trabalhadores e se apropriar de uma parcela cada vez maior da riqueza social produzida pelos explorados.

Para isso, inventa formas diferentes para explorar os trabalhadores. No começo do capitalismo, por exemplo, os patrões impuseram longas jornadas de trabalho que chegavam a 17 horas diárias. Quando os trabalhadores começaram a se organizar e lutar por uma jornada de 8 horas, os patrões conseguiram outras maneiras de explorar mais os trabalhadores, intensificando a produção e forçando o trabalhador ao mais férreo controle na fábrica.

Assim, as classes fundamentais do sistema capitalista em que vivemos são os trabalhadores assalariados (em particular o operariado das fábricas, das minas e da agricultura) e os capitalistas (donos de fábricas, terras, bancos e dinheiro). É evidente que existem outras classes sociais como os camponeses (que reivindicam a terra, a pequena propriedade rural), os artesãos e proprietários de terra (latifundiários). Em cada classe social, temos também várias frações ou camadas que se diferenciam pela faixa de remuneração e pelas condições de trabalho.

Como os trabalhadores se organizaram contra a exploração?

Desde o século XIX, ou seja há quase duzentos anos, os trabalhadores começaram a lutar contra a sua situação de exploração econômica, social e política. No começo os operários pensavam que as máquinas eram responsáveis pela sua situação de miséria e exploração. Assim, chegaram a destruir muitas máquinas e instalações fabris. As reações eram no início

desorganizadas e quase sempre individuais. Décadas adiante, os trabalhadores criaram as primeiras formas de organização para se proteger contra a exploração dos patrões como as associações secretas (ilegais) e os primeiros sindicatos (legalizados).

As condições iniciais da luta de classe dos trabalhadores no século XIX eram, é claro, muito difíceis. Mas a solidariedade entre os explorados sempre foi marcante: nas greves, os trabalhadores organizados em associações e sindicatos prestavam ajuda mútua com a arrecadação de recursos e gêneros para manter os trabalhadores e desempregados em face da intransigência dos patrões.

Com o tempo, os trabalhadores notaram que a sua luta não poderia se limitar apenas aos aspectos econômicos, isto é, a reivindicações específicas e limitadas a melhores condições de vida e trabalho em face do Estado e dos capitalistas. Era preciso ir além, garantir o direito de organização e liberdade de expressão. Era preciso intervir concretamente na luta política, ampliar as formas de organização para abranger nacionalmente os trabalhadores de uma única categoria ou de vários ramos de produção. Assim nasceram as federações e confederações de trabalhadores, atualmente as centrais sindicais.

Mas os trabalhadores não pararam por aí. Criaram também os seus partidos políticos. O primeiro deles foi o Cartismo, que surgiu na primeira metade do século XIX e que foi marcado pela defesa de um conjunto de reivindicações políticas, democráticas e sociais para os trabalhadores ingleses. Depois apareceu a Liga Comunista, a

primeira organização autenticamente comunista, que colocava como objetivo de sua luta a destruição da sociedade capitalista e a construção do socialismo.

A organização política dos trabalhadores resultou em sua participação em diversas revoluções. A primeira vez que o operariado apareceu na cena política na Europa, com um conjunto de reivindicações próprias, diferenciadas da burguesia (dos patrões), que despertou a ira da classe dominante capitalista foi na Revolução de 1848. Nas últimas décadas do século XIX, os trabalhadores organizaram a primeira organização internacional, chamada a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), também conhecida como a Primeira Internacional, que tinha como objetivo coordenar as ações e as lutas dos trabalhadores mundialmente.

Por fim, em 1871 os trabalhadores tomaram o poder pela primeira vez na história em Paris, na França. Esse acontecimento muito importante na história mundial do movimento operário ficou conhecido como A Comuna de Paris. Portanto, a luta dos trabalhadores se dá no campo econômico (reivindicações materiais), político (da transformação da sociedade) e ideológico (isto é no campo das ideias).

Os trabalhadores conseguiram conquistar direitos?

Sim. No século XIX e XX os trabalhadores conseguiram com muita luta e organização conquistar vários direitos sociais e

trabalhistas. Essas conquistas se deram particularmente quando a economia capitalista se desenvolvia e diante da ameaça da luta socialista. Podemos citar: a jornada de 8 horas, proibição do trabalho infantil, direito de associação e organização, direito (limitado) de greve, férias, décimo terceiro, fundo de garantia etc.

Mas a classe dominante sempre procurou limitar as conquistas sociais dos trabalhadores. Quando os trabalhadores se encontram organizados e pressionam a burguesia, conseguem manter os seus direitos e até ampliá-los. Entretanto, quando os trabalhadores se encontram fragmentados e impotentes, quando a luta de classes se torna mais débil, os capitalistas impõem duros retrocessos nas conquistas sociais. É o que ocorreu com a imposição das medidas neoliberais na América Latina e especialmente no Brasil.

Quais as formas de luta forjadas pelos trabalhadores?

Paralelamente à organização e à formação de associações, sindicatos, centrais, internacional, partidos etc., os trabalhadores também constituíram formas criativas de luta contra os patrões. Assim, apareceram as greves, as paralisações, as passeatas, as manifestações, os bloqueios de ruas, as ocupações de prédios e ruas, as assembleias, os piquetes, comissões e comitês de fábricas, tribunais populares, conselhos, cabildos, soviets, jornais, revistas etc.

É preciso notar que, em sua luta, os trabalhadores são muito criativos e não raras vezes deram exemplos de como se organizar e

construir formas cada vez mais potentes de luta contra os padrões. Foi assim ao longo da história e continuará sendo enquanto não superarmos a atual forma de sociedade.

A luta dos sem tetos é expressão da luta de classes?

Sim. Os sem tetos se unificam em torno da luta pela moradia. Em torno desse objetivo central encontra-se a conquista efetiva de direitos outros como o acesso à saúde, à educação e ao saneamento. Mas não se esgota aí, até porque as condições de luta são muito difíceis e não há quaisquer garantias de que o Estado e os governos queiram reconhecer as suas reivindicações. De outro, é preciso notar que o problema da habitação não é novo e que desde o século XIX os socialistas se batem na discussão e na forma de resolução dessa problemática.

De que forma a luta pela moradia se articula com luta anticapitalista?

De nossa parte, entendemos que a habitação, tal como os demais direitos e conquistas, só será plenamente resolvida quando transformarmos a base material da sociedade atual, isto é, superarmos o capitalismo. Resta ao movimento social e às organizações políticas dos explorados trabalharem ativamente para realizar uma ponte entre a luta pelas reivindicações socioeconômicas (não excluimos a luta por direitos democráticos e culturais) e a superação do capitalismo, portanto, a luta pelo socialismo.

4.Anexo

Indicamos o link do texto integral de ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. O texto pode ser encontrado no site [marxists.org/português](https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm). In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/habita/index.htm>



UFBA



LEMARX



FACED

SANDRA MARIA MARINHO SIQUEIRA

Professora-adjunta da FACED/UFBA

RILMAR LOPES

Professora-assistente da FACED/UFBA

CAMILO DOMINGUES

Teatro

LUCIANA LUZ

Ciências Sociais

MANUELA SILVEIRA GOMES

Estudante do Curso de Pedagogia

BÁRBARA ELCIMAR DOS REIS ALVES

Aluna especial da Pós-graduação em Ciências Sociais

SIMONE GONÇALVES (NEGRAMONE)

Estudante do Curso de Dança

FERNANDA ANJOS

Estudante do Curso de Pedagogia

FERNANDA RAMOS

Estudante de Educação Física

RODRIGO YURI DANTAS FERNANDES

Estudante do curso de Educação Física

FRANCISCO P. SILVA

Advogado e professor de direito

EDUARDO CORREIA CARVALHO FILHO

Professor de Educação Física

ALBERTO LEAL NETO

Aluno do Mestrado em Educação

BERNARDO THIAGO

Pós - Graduação em Teatro

www.lemarx.faced.ufba.br